



Suprema Corte dos EUA está sob forte pressão para transmitir sessões pela TV

As maiores entidades da imprensa dos EUA e grandes organizações ligadas ao mundo jurídico formaram uma coalizão para um fim específico: pressionar a Suprema Corte do país a transmitir suas sessões pela TV. A Coalizão para a Transparência dos Tribunais (*Coalition for Court Transparency*) iniciou uma campanha que inclui um anúncio de 30 segundos na TV, para quebrar a resistência da corte às câmeras e torná-la mais aberta ao público.

Além do anúncio televisivo, a coalizão lançou um [website](#), no qual explica a campanha e coleta assinaturas de residentes nos EUA e de outros países em uma petição ao presidente da Suprema Corte, John Roberts, para tornar a corte acessível a todos os cidadãos.

A coalizão também enviou uma carta aberta ao presidente da corte, amplamente divulgada pela imprensa — e em seu próprio website — no dia em que o país celebra o 50º aniversário da decisão da Suprema Corte, de 1964, no caso *New York Times v. Sullivan*. “Essa decisão viabilizou a cobertura pela imprensa de tópicos de importância nacional, sem receio de ações judiciais frívolas”, diz a carta.

No anúncio televisivo, o narrador diz: “As decisões da Suprema Corte impactam a vida dos americanos em todos os lugares. Mas apenas uns poucos privilegiados podem testemunhar a história e ver a Justiça em ação. Importantes políticos republicanos e democratas, bem como a maioria dos americanos, apoia uma solução simples para isso: colocar câmeras na Suprema Corte”.

Na [carta](#), a coalizão escreve: “Acreditamos que a Suprema Corte deveria acatar as expectativas contemporâneas de transparência [nas ações] das autoridades públicas. Apesar de a Suprema Corte estar em uma posição única, como a mais alta corte da nação, esse *status* reforça a razão para ela abrir oportunidades de conhecimento do Judiciário para um público mais amplo, em vez de tornar o acesso mais difícil”.

Precedentes

A coalizão lembra precedente estabelecido pela própria Suprema Corte, segundo o qual os procedimentos do tribunal “devem ser abertos ao público”. A decisão da corte, em 1980, se referiu ao direito do público de assistir os procedimentos da corte, mas, para a coalizão, “o fundamento lógico, que a sustentou, é verdadeiro para as transmissões ao vivo dos debates orais da corte”.

O cofundador da Coalizão da Liberdade, Michael Ostrolenk, disse em uma declaração escrita: “A ideia de que tal função fundamental de nosso Judiciário é escondida da grande maioria do público americano não é compatível com as expectativas de transparência do Século XXI, não importa quais sejam as tendências políticas”.

Ostrolenk afirmou, em sua declaração, que as transmissões das sessões podem restaurar a confiança do público na Suprema Corte. Uma [pesquisa da CBS/ New York Times](#), de maio de 2013, revelou que 44% dos americanos aprovam a maneira que a Suprema Corte faz o seu trabalho, mas 40% (quase metade dos



entrevistados) desaprova. E o restante não sabe responder.

A coalizão é formada por sete entidades da imprensa: a *American Society of News Editors* (Sociedade Americana de Editores de Notícias), a *National Association of Broadcasters* (Associação Nacional de Rádio e TV), a *National Press Foundation* (Fundação Nacional da Imprensa), a *National Press Photographers Association* (Associação Nacional de Repórteres Fotográficos), a *Radio Television Digital News Association* (Associação Noticiosa de Rádio e Televisão Digital), o *Reporters Committee for Freedom of the Press* (Comitê de Repórteres pela Liberdade da Imprensa) e a *Society of Professional Journalists* (Sociedade de Jornalistas Profissionais).

Quatro organizações de peso no meio jurídico e de grupos pró-transparência também participam: a *Alliance for Justice* (Aliança pela Justiça), o *Constitutional Accountability Center* (Centro pela Responsabilidade Constitucional), a *Liberty Coalition* (Coalizão pela Liberdade) e *OpenTheGovernment.org* (que defende um governo aberto em todos os Poderes).

Como é hoje

Atualmente, a corte libera gravações em áudio das sessões orais alguns dias após sua realização. No caso de ações de alto apelo popular, as gravações de áudio podem ser liberadas no mesmo dia. As pessoas que querem presenciar as sessões e os debates da Suprema Corte precisam fazer fila do lado de fora do prédio do tribunal, que tem apenas 250 assentos no plenário. Em casos em que o interesse do público é muito grande, como os do *Obamacare* (novo programa de seguro-saúde do governo) e do casamento entre pessoas do mesmo sexo, as pessoas começaram a formar filas dias antes do julgamento. Ou pagaram alguém para segurar um lugar na fila.

Tribunais superiores dos 50 estados já permitem equipamento de gravação, em graus variados. Os tribunais federais colocaram câmeras em 14 salas de julgamento, para um estudo de três anos sobre o impacto das câmeras nos julgamentos. O Centro Judicial Federal publicou um relatório, baseado em anos de estudo em seis tribunais de primeiro grau e dois tribunais de recurso, segundo o qual câmeras de televisão ou câmeras fixas não exercem qualquer impacto negativo no sistema de Justiça.

Date Created

11/03/2014